



Assembleia Legislativa

AL — DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais

Encaminhado-se a **PROTOCOLADO**

Em: 28/06/02

PROJETO DE LEI Nº 023, DE 2002

(Do Deputado Homero Castelo Branco)

Orgão	AL
Número	AL-1373/02
Data	28/05/02
Assunto	Requerimento
Matrícula	240562

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 27/05/02

Dispõe sobre a responsabilidade das indústrias farmacêuticas e das empresas de distribuição de medicamentos darem destinação adequada a medicamentos com prazos de validade vencidos e dá outras providências.

APROVADO

Art. 1º – É de responsabilidade das indústrias farmacêuticas e das empresas de distribuição de medicamentos dar destinação final adequada aos produtos comercializados nas farmácias ou drogarias do Estado do Piauí, que estejam com seus prazos de validade vencidos ou sem condições de uso.

Parágrafo único - A indústria farmacêutica ou a empresa de distribuição, a que tenha fornecido os medicamento, fica obrigada à imediata substituição dos que, em poder das farmácias ou drogarias, tenham seus prazos de validade vencidos.

Art. 2º – As farmácias ou drogarias devem comunicar ao fabricante ou ao distribuidor a lista de medicamentos com prazo de validade vencido.

Parágrafo único – Os fabricantes ou as empresas de distribuição de medicamentos providenciarão o recolhimento dos produtos para a destinação legal no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento das informações de que trata o “caput” deste artigo, bem como a sua substituição, como previsto no parágrafo único do art. 2º.

Art. 3º – Fica a indústria farmacêutica ou a empresa distribuidora obrigada a restituir à farmácia ou à drogaria o valor recebido, monetariamente corrigido, pelos medicamentos com prazo vencido que não sejam mais fabricados.

Art. 4º – É assegurado às farmácias ou drogarias recusar o recebimento de produtos farmacêuticos cujo prazo de validade remanescente seja inferior a dois terços do prazo total.

Art. 5º – Considera-se antecipadamente vencido o medicamento cuja posologia não possa ser inteiramente efetivada no prazo de validade ainda remanescente.

Art. 6º – Cabe ao Poder Executivo regulamentar a matéria.

Em: 24.05.02

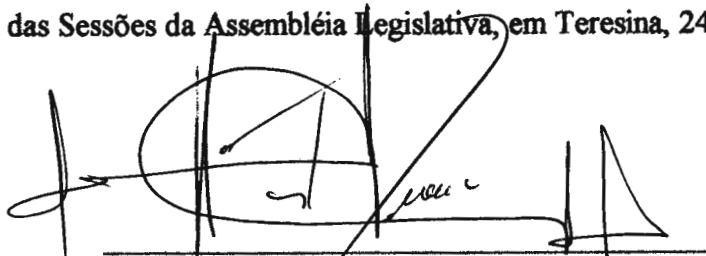


Assembleia Legislativa

Art. 7º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

APROVADO

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa, em Teresina, 24 de maio de 2002.


HOMERO CASTELO BRANCO
- Deputado -

Justificativa

Os problemas no campo farmacêutico no país são inúmeros, complexos e de difícil solução. Como consequência a grande maioria dos brasileiros não tem acesso aos medicamentos essenciais à sua saúde e, com frequência, está sob o risco do uso de produtos de baixa qualidade.

A CPI que investigou o aumento de preços e as falsificações de medicamentos debateu durante meses os diversos aspectos relacionados com a questão da assistência farmacêutica. Sem dúvida, os elevados preços dos medicamentos constitui-se em um dos grandes entraves para se garantir os remédios para quem deles necessita.

A política de genéricos tem se mostrado como uma estratégia fundamental para reverter este quadro. No campo da vigilância sanitária, têm surgido a cada dia novos instrumentos legais, que oferecem melhores condições para os consumidores, além, de fornecer meios necessários para a atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

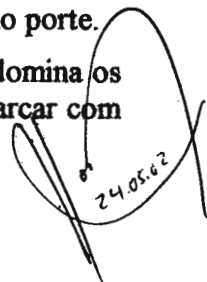
Assim, de forma dinâmica, os diversos aspectos relacionados com a produção e comercialização dos medicamentos vêm recebendo constante aperfeiçoamento, embora, vale ressaltar, estejamos muitos distantes do desejado.

Um dos pontos cruciais de uma boa política de assistência farmacêutica é a qualidade e segurança dos medicamentos. A obrigação de constar em todo produto o seu prazo de validade foi uma conquista dos consumidores brasileiros. Todavia, identificam-se vários aspectos que têm impedido que se cumpra efetivamente esta exigência legal.

Os estabelecimentos de venda direta ao consumidor, as farmácias e drogarias, são verdadeiros reféns dos prazos de validade. Isto é, pressionados por fabricantes e distribuidores, são obrigados a receber produtos cuja validade está prestes a vencer e, ainda, arcam com todos os prejuízos decorrentes do vencimento dos prazos definidos pelo produtor.

Por um lado, esta situação tem levado alguns poucos proprietários de farmácias ou drogarias a desconsiderar os riscos de se vender produtos com prazo de validade vencido. Por outro, tem provocado o fechamento de estabelecimentos, especialmente os de pequeno porte.

Mais uma vez, em toda cadeia de comercialização de medicamentos, predomina os interesses das indústrias e dos grandes distribuidores. Entendemos que estes devem arcar com o ônus dos produtos vencidos e impróprios para o uso.


24.05.02



Assembléia Legislativa

Nesse sentido, apresenta-se a presente proposição, que obriga a quem fornece, distribuidor ou indústria, a dar a devida destinação aos produtos vencidos e a substituí-los nas prateleiras das farmácias ou drogarias.

Assim, estaremos reduzindo os riscos de o consumidor comprar produtos impróprios para o uso e, ao mesmo tempo, possibilitando a sobrevivência dos pequenos estabelecimentos farmacêuticos, especialmente os do interior do Estado do Piauí.

Cabe lembrar que vários Estados brasileiros aprovaram lei semelhante ao projeto que ora apresentamos.

Diante do exposto e pela relevância da matéria, conclamamos os ilustres pares a apoiarem esta proposição.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande letra inicial e o número "02" ao lado.



Assembleia Legislativa

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RUBRICA <i>Adm. Gerais</i>	FLS Nº 05
ANEXOS 01	NÚMERO A2-1373/02

DIRETORIA LEGISLATIVA

JUNTA DA

Publicação de matéria

de 03 laudas.

Em 28/05/02

Ch
funcionário

Liduína M. Monte M. Lima
Chefe Setor de Publicação

DIV. DE APOIO LEGISLATIVO
E caminha-se a Diretoria
Legislativa

Em 28/05/2002

Adão Francisco Alves
Conceição de M. Pádua Sampaio
Teresina - Piauí

AL - DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminhe-se a Redação de
Atas

Em 28/05/02

Dr. Francisco Jesus Vieira
Diretor Legislativo

AL - DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminhe-se as Comissões
Permanentes

Em 03/06/02

Dr. Francisco Jesus Vieira
Diretor Legislativo

AL - DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminhe-se a Autógrafos

Em 20/11/02

Dr. Francisco Jesus Vieira
Diretor Legislativo

Assembleia Legislativa

Encaminhe-se a

Em 28/05/2002

Martinho R. de Sá Júnior
Chefe Sec. Red. de Atas

Assembleia Legislativa

Encaminhe-se a Assessoria

Em 28/11/2002

Martinho R. de Sá Júnior
Chefe Sec. Red. de Atas

AL - DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminhe-se a Sec. Geral

Em 20/11/02

Dr. Francisco Jesus Vieira
Diretor Legislativo

PROVIDENCIADO

Em 20.11.02

P.P. Pina

Setor de Redação de Autógrafos



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Constituição e Justiça
para os devidos fins.

Em 03 / 06 / 02
Ebaops

Conceição de Maria Lage Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado ROBERT

para relatar

Em 03 / 06 / 02
tu

Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



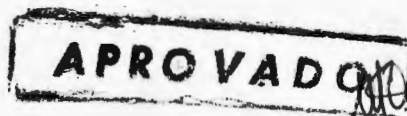
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

MATÉRIA: Indicativo de Projeto de Lei que normatiza a destinação final dos medicamentos dada pelas indústrias e empresas de distribuição de remédios no estado do Piauí.

NATUREZA: Projeto Indicativo de Lei Nº 023/2002

AUTOR: Deputado Homero Castelo Branco

RELATOR : Deputado Robert Freitas



PARECER

I – DO RELATÓRIO: Em apreciação, nos termos regimentais, encontra-se nesta colenda comissão, Indicativo de Projeto de Lei Nº 023/2002 , de autoria do Deputado Homero Castelo Branco, onde pretende com a iniciativa de tal indicativo, disciplinar a destinação final dos medicamentos dada pelas indústrias e empresas de distribuição de remédios no estado do Piauí.



AL 1373102

Assembléia Legislativa

II – DA JUSTIFICATIVA : A proposição em tela está de conformidade com a Constituição Estadual e com Regimento Interno desta augusta Assembléia Legislativa.

III – DO VOTO: Ex positis, opinamos pela aprovação do aludido Projeto de Lei, por ser matéria de grande alcance social.

SALA DAS COMISSÕES, 16 DE OUTUBRO DE 2002


DEP. ROBERT FREITAS
RELATOR

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 29/10/2002
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça





Assembléia Legislativa

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 05 / 11 / 02
Presidente da Comissão de
Administração
Pública

Ao Presidente da Comissão de

Adm. Pública

para os devidos fins.

Em 30 / 10 / 02

Elpápis

Conselho de Maria Lago Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

APROVADO

Ao Deputado

Walter Lou

para relatar.

Em 05 / 11 / 02

Edmar Faria
Presidente Comissão de Administração
Pública

Adoto o mesmo para diuina
da Junta Comissão de Creação
Pública e Vestibular

Walter Lou

Walter Lou

Termos 06/11/2007



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LEI Nº , DE DE DE 2002.

Dispõe sobre a responsabilidade das indústrias farmacêuticas e das empresas de distribuição de medicamentos darem destinação adequada a medicamentos com prazos de validade vencidos e dá outras providências

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É de responsabilidade das indústrias farmacêuticas e das empresas de distribuição de medicamentos dar destinação final adequada aos produtos comercializados nas farmácias ou drogarias do Estado do Piauí, que estejam com seus prazos de validade vencidos ou sem condições de uso.

Parágrafo único -- A indústria farmacêutica ou a empresa de distribuição, a que tenha fornecido os medicamentos, fica obrigada à imediata substituição dos que em poder das farmácias ou drogarias, tenham seus prazos de validade vencidos.

Art. 2º - As farmácias ou drogarias devem comunicar ao fabricante ou ao distribuidor a lista de medicamentos com prazo de validade vencido.

Parágrafo único -- Os fabricantes ou as empresas de distribuição de medicamentos providenciarão o recolhimento dos produtos para a destinação legal no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento das informações de que trata o *caput* deste artigo, bem como a sua substituição, como previsto no parágrafo único do art. 2º.

Art. 3º - Fica a indústria farmacêutica ou a empresa distribuidora obrigada a restituir à farmácia ou à drogaria o valor recebido, monetariamente corrigido, pelos medicamentos com prazo vencido que não sejam mais fabricados.

Art. 4º - É assegurado às farmácias ou drogarias recusar o recebimento de produtos farmacêuticos cujo prazo de validade remanescente seja inferior a dois terços do prazo total.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



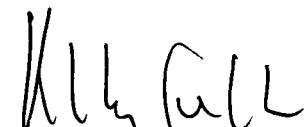
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LEI Nº , DE DE DE 2002

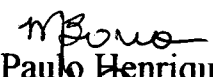
Art. 5º - Considera-se antecipadamente vencido o medicamento cuja posologia não possa ser inteiramente efetivado no prazo de validade ainda remanescente.

Art. 6º - Cabe ao Poder Executivo regulamentar a matéria.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina, 20 de novembro de 2002.


Dep. Kleber Eulálio
Presidente


Dep. Paulo Henrique
1º Secretário


Dep. Pompílio Evaristo
2º Secretário



ESTADO DO PIAUÍ
Assembléia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 295

Teresina(PI), 20 de novembro de 2002.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo Projeto de Lei de autoria do Dep. **HOMERO CASTELO BRANCO** que:

“Dispõe sobre a responsabilidade das indústrias farmacêuticas e das empresas de distribuição de medicamentos darem destinação adequada a medicamentos com prazos de validade vencidos e dá outras providências.”

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

Dep. **KLEBER EULÁLIO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
HUGO NAPOLEÃO DO RÊGO NETO
Digníssimo Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL